

Em defesa do serviço público e pela valorização do servidor

Repor perdas salariais, lutar contra precarização e obter melhores condições de trabalho são desafios da categoria no próximo período.



Sindicato próximo da categoria
Encarte especial



Congresso debaterá plano de lutas
Pág. 3



Reestruturação do Judiciário
Pág. 6

EDITORIAL

Defesa de direitos e do serviço público segue na ordem do dia

Depois de longos anos que trouxeram a necessidade do isolamento social para preservação da nossa saúde e do uso das tecnologias para aproximação das pessoas, voltamos com o Jornal do Sintrajud em uma edição especial, um pouco mais longa, com o objetivo de informar o conjunto da categoria e apresentar um panorama das últimas vitórias conquistadas.

Os desafios foram muitos. Foram mais de 700 mil mortes, fruto da atuação desastrosa de um governo genocida durante a pandemia. O mesmo governo buscou durante toda a gestão "passar a boiada" sobre os servidores e o serviço público, tentando retirar direitos dos trabalhadores e aprofundar a precarização.

Foi a mobilização dos trabalhadores em todo o país que impediu a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 32, da 'reforma' administrativa, defendida pelo ex-ministro Paulo Guedes e pelo Congresso Nacional. No entanto, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), desde a sua reeleição, vem deixando claro a intenção de retomar a PEC 32 e colocá-la para apreciação e votação. Somente a luta dos servidores e servidoras de todo o país será capaz de enterrar de vez esse retrocesso e impedir que outras propostas igualmente danosas sejam apresentadas.

Também foi a luta dos servidores e servidoras do Judiciário Federal que garantiu o fim do congelamento salarial. Sabemos que o percentual ainda está muito aquém do necessário para repor as perdas acumuladas ao longo dos anos; por isso, na avaliação da diretoria do Sindicato a luta deve prosseguir, inclusive para garantir a reposição salarial do restante do funcionalismo público federal e a garantia do direito constitucional à data-base.

Além do debate sobre a data-base, a diretoria do Sintrajud tem participado nacionalmente das reuniões do Fórum Permanente de Gestão da Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com objetivo de discutir a reestruturação da carreira e medidas que valorizem os servidores. O espaço para debater a carreira é uma reivindicação histórica dos servidores do Judiciário Federal; portanto, a formação do Fórum é uma vitória. No entanto, para que esse espaço consiga avançar, é necessário aprofundar os debates sobre o tema com o conjunto dos colegas para que possamos defender a carreira que queremos.

É importante a mobilização pela derrubada imediata da EC 95

Outro problema que temos enfrentado é o estrangulamento orçamentário, aprofundado pela Emenda Constitucional 95, do teto dos gastos, que tem sido refletido em medidas que aprofundam a sobrecarga de trabalho e o déficit de servidores, sem novas nomeações ou concursos públicos. A resposta que o Conselho Nacional de Justiça e as administrações dos tribunais têm dado são reestruturações no Judiciário Federal que, na prática, têm sido feitas sem diálogo com o conjunto da categoria e causado inseguranças e dúvidas.

Redução do número de servidores por vara, mudanças na organização do trabalho e no horário de funcionamento dos prédios, em busca de economia de gastos, são exemplos de algumas medidas tomadas nos últimos meses. A cate-

ria, que durante a pandemia manteve o funcionamento do Judiciário em teletrabalho e reorganizou sua vida diante dos planos de trabalho aprovados, não pode ser penalizada com mudanças bruscas na normatização do teletrabalho. O Sindicato defende que tais medidas sejam debatidas com os trabalhadores e trabalhadoras, em busca de soluções que respeitem as condições de trabalho e vida, para que seja mantida a qualidade no atendimento à população.

Para garantir melhores condições de trabalho é importante que a mobilização pela derrubada imediata da EC 95 esteja na ordem do dia. Exigiremos do Congresso Nacional e do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o fim dessa medida que estrangula o orçamento e precariza o serviço público, e sabemos que isso só será possível com muita mobilização.

É nas ruas também que vamos exigir mais investimentos em saúde, educação, previdência social e em todos os serviços públicos. Isso passa por garantir novos concursos públicos e valorização dos servidores, para melhorar a qualidade do serviço prestado à população. Não podemos aceitar que a prioridade continue sendo o pagamento da dívida pública interna e externa, e a garantia dos lucros dos grandes empresários e banqueiros, em detrimento dos investimentos na melhoria dos serviços prestados a toda a população.

Esses e muitos outros são os desafios que precisam ser parte dos debates e da construção do 9º Congresso do Sintrajud, que acontece entre os dias de 4 a 7 de maio. O evento será um espaço para reunir os colegas, debater propostas e definir o plano de luta para o próximo período em defesa dos servidores e do serviço público.



Jesus Carlos

JORNAL DO SINTRAJUD

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP

Sede: Rua Antônio de Godói, 88 - 16º and - São Paulo/SP
01034-902 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608
E-mail: sintrajud@sintrajud.org.br

Subsede Baixada Santista:
Rua Barão de Paranapiacaba, 233 - sala 1410
Encruzilhada - Santos/SP - CEP 11050-251
Tel.: (13) 3271-9114
E-mail: sintrajudsantos@gmail.com

Diretoria: Tarcísio Ferreira, Fabiano dos Santos, Luciana Martins Carneiro, Ester Nogueira de Faria, Maria Ires Graciano Lacerda, Claudia Villapiano Teodoro de Souza, Henrique Sales Costa, Antonio Melquiades 'Melqui', Cleber Aguiar, Raquel Morel, Marcos Trombeta, Anna Karenina, Ismael Souza, Ana Sílvia Poço, Salomão Ferreira, João Carlos, Beatriz Masariol, Cláudia Sperb, Luiz Paiva, Angélica Olivieri.

Editora: Shuellen Peixoto - **Jornalistas:** Hélio Batista Barboza, Hélio Duarte Filho e Niara Aureliano
Artes: Janaina Oliveira - **Diagramação:** Roberto Lima - **Tiragem:** 13.000 exemplares



Creche do TRT reabre após mobilização que impediu encerramento do serviço

Reinauguração marca vitória da luta da categoria; matrículas estavam suspensas desde 2019



Kit Gaion

Diretores do Sintrajud participaram do evento de reabertura

Hélio Batista Barboza

A reinauguração do Berçário Ternura, Risos e Travessuras, no final de fevereiro, marcou importante vitória das servidoras e servidores do TRT-2, após longa disputa administrativa e judicial para evitar que o serviço fosse encerrado pelo Tribunal, durante a gestão da desembargadora Rilma Hemetério.

Com o apoio do Sintrajud, da Associação de Mães e Pais do TRT-2 e da asso-

ciação dos magistrados (Amatra-2), a categoria se mobilizou depois que a administração decidiu suspender as matrículas para a creche, em 2019. O Sindicato ajudou a organizar atos de protesto, abaixo-assinado, manifesto e campanha nas redes sociais, ao mesmo tempo que questionou a medida nas instâncias administrativas e, depois, na via judicial.

No ano seguinte, o Sintrajud obteve liminar em mandado de segurança para manter o funcionamento da creche. A

decisão foi confirmada em agosto de 2021, no julgamento do mérito, quando o Órgão Especial do TRT determinou por unanimidade a revogação do Ato que suspendera as matrículas.

Desde então, o Sindicato e os servidores e servidoras aguardavam a reabertura das inscrições e a reinauguração do berçário, que havia sido fechado em março de 2020 devido à pandemia de covid-19. A mobilização conquistou também a ampliação do horário de funcionamento do serviço, o que deve possibilitar sua utilização por um número maior de mães e pais.

Um levantamento realizado em 2021 mostrou que, em média, pouco mais de 30% das crianças brasileiras de 0 a 3 anos são atendidas em creches. No Judiciário Federal, o berçário do TRT inspirou a criação de serviços similares no TST, no STJ, no CNJ e no STF, mas o modelo do regional paulista, com corpo funcional próprio, apresenta o menor custo, conforme demonstrou o Sintrajud durante o julgamento pelo Órgão Especial.

A preservação e ampliação desse serviço no Judiciário é mais uma luta que toda a categoria terá de enfrentar no momento em que o trabalho presencial volta aos tribunais. Ao garantir a proximidade de servidoras e servidores com seus filhos, experiências como a do TRT-2 oferecem uma alternativa mais efetiva do que o simples pagamento do auxílio-creche.

Congresso reúne a categoria em maio para analisar conjuntura e debater plano de lutas

Entre os dias 4 e 7, evento em Atibaia terá discussões sobre carreira, política salarial, condições de trabalho, combate ao assédio e outros temas.



Joca

Plenária final do 8º Congresso (2017)

Depois de quase três anos de pandemia de covid-19, das tentativas golpistas do governo Jair Bolsonaro e de todos os ataques aos serviços públicos nesse período, chegou o momento para categoria avaliar o cenário e se preparar para as lutas que virão, em meio à reorganização produtiva que atinge também o Judiciário Federal.

do dia 4 de maio. O evento define os rumos da entidade e o plano de lutas dos servidores e servidoras do Judiciário Federal em São Paulo para os próximos três anos. Em 2020, deixou de ser realizado devido ao isolamento social imposto pela pandemia. As inscrições para participar começaram no dia 20 de

março e vão até 14 de abril. O prazo para o envio de teses termina em 21 de abril. Os critérios de participação e as normas para a redação das teses estão disponíveis no site do Sindicato.

Além da tradicional análise de conjuntura, o 9º Congresso terá discussões sobre carreira, política salarial, condições de trabalho, combate ao assédio e as novas formas de organização produtiva que se alastram pela iniciativa privada e pelo setor público, como o teletrabalho e as diversas modalidades de trabalho a distância. O combate aos vários tipos de opressão que incidem sobre a classe trabalhadora também estão na pauta, entre outros temas.

“O Congresso é um espaço privilegiado para o debate aprofundado e qualificado das questões de interesse da categoria”, aponta o diretor do Sintrajud Tarcísio Ferreira. “Por meio das delegadas e delegados participantes, adotamos resoluções e eixos para a atuação do Sindicato na representação de toda a nossa base.”



Aponte a câmera para o QR Code ou acesse: bit.ly/congresso-sintrajud

Após deter PEC 32 e descongelar salários, o desafio é lutar pela valorização do servidor

Enfrentando 'granadas', servidores derrubaram o 'reajuste zero' e barraram reforma que reduzia salários e serviços públicos; agora é hora de lutar pela valorização do servidor e para repor as perdas acumuladas



Gero Rodrigues



Jesus Carlos

Protesto em frente ao STF



Scarlett Rocha

Audiência no STF



Gero Rodrigues

Dia de paralisação geral.

Apagão no Judiciário em defesa da reposição salarial emergencial

Hélcio Duarte Filho

“Nós já colocamos a granada no bolso do inimigo”. Essa talvez seja a frase mais conhecida do ex-ministro Paulo Guedes, o titular da Economia nos quatro anos de governo Bolsonaro, dita numa reunião tornada pública por força de uma decisão judicial. O inimigo, no caso, eram os servidores. A granada, o congelamento salarial imposto no início da pandemia.

Foi assim, enfrentando 'granadas', que os servidores e servidoras resistiram em 2022 e nos últimos anos - e o Sintrajud esteve presente e à frente dessas lutas. O congelamento salarial foi finalmente quebrado com a aprovação do projeto em dezembro - com a recomposição parcial das perdas em 19,25%, aplicados em três parcelas sobre as remunerações: 6% em fevereiro de 2023; 6% em fevereiro de 2024; e 6,13% em fevereiro de 2025. Também se obteve a correção de benefícios sociais.

É verdade que isso ficou bem aquém do reivindicado. Tampouco se deu um processo efetivo de negociação. E segue em curso a luta - política, administrativa e possivelmente judicial - para que a absorção da VPNI dos quintos seja revertida e essa parcela também seja reajustada.

Porém, não fosse a resistência em tempos tão difíceis, provavelmente o cenário seria bem pior - houve manifes-

tações e atuação sindical para que o reajuste fosse finalmente pautado no STF e no Congresso. E a mobilização foi fundamental para desarmar outra 'granada', no caso a 'reforma' administrativa (PEC 32).

Reajuste e NS

Difícil imaginar reajuste salarial se a PEC 32 tivesse sido aprovada. Assim como a efetivação do NS para o ingresso na carreira de técnico-judiciário. Afinal, a 'reforma' administrativa significava um largo passo no caminho das terceirizações, privatizações e de um serviço público sem 'servidores', na concepção que se tem hoje - com estabilidade, concurso público e plano de carreira.

Em termos de remunerações, criava um dispositivo para reduzir salários em 25%. Era o que se pretendia pautar - como se tentou com outros projetos - e não possíveis recomposições salariais.

A sequência de mobilizações conjuntas do funcionalismo em Brasília e nas redes sociais - com 14 semanas seguidas de atos em frente à Câmara ou ao Senado - foi sem dúvida fundamental para deter a 'reforma' administrativa. O Sintrajud esteve em todas essas iniciativas, assim como nos atos unificados e específicos da campanha salarial e pelo NS, levando seguidamente delegações de servidores ao DF.

Desafios

Com o acordo salarial fechado também no Executivo, agora em março, encerra-se a fase dos chamados 'reajustes emergenciais'. O desafio, agora, é fazer com que as mesas de negociação, seja com o governo Lula, seja no Fórum de Carreira no Conselho Nacional de Justiça, sejam efetivamente espaços de debate e negociação das muitas demandas do funcionalismo.

Para a Direção do Sintrajud, é o envolvimento do conjunto da categoria e a articulação de mobilizações em âmbito nacional que podem tornar isso possível e assegurar avanços.



Valcyr Araujo

Ato na Esplanada dos Ministérios



Kit Gaion

Servidores protestam no TRE



Dandara

Ato no Ministério da Economia

Pressão da categoria arrancou reajuste de benefícios

Assim como na questão salarial, benefícios que estavam congelados foram reajustados com fundamental atuação do Sintrajud, da federação nacional e de outros sindicatos da categoria.

Uma portaria conjunta dos tribunais e conselhos superiores, publicada em fevereiro, majorou em 29,96% o auxílio-alimentação, que passou para R\$ 1.182,74, e a assistência pré-escolar, fixada em R\$ 935,22. Ambos estavam congelados desde 2018.

Em 2022, a atuação do Sintrajud e

de outras entidades alcançou o reajuste do auxílio-saúde - porém ainda em patamares bem aquém do que é necessário e possível. “Trata-se de uma importante conquista, e também resultado de nossa ação organizada, ainda mais depois de quase 5 anos de congelamento, sob alta inflacionária”, afirmou Tarcisio Ferreira, diretor do Sindicato e servidor do TRT-2. “Seguiremos defendendo a reposição de perdas e uma política de atualização permanente, assim como em relação aos salários e aposentadorias”, ressaltou o servidor.

Outra conquista arrancada com muita articulação e mobilização do Sindicato e da categoria em Brasília, junto com outras entidades, foi o aumento do valor da indenização de transporte dos oficiais de justiça - que estava congelada desde 2015 e foi reajustada para R\$ 2.075,88.

Assim como a questão salarial, após o congelamento ter sido derrubado, a luta pela recomposição e melhoria dos valores do conjunto dos benefícios pagos à categoria deve continuar e precisa cada vez mais do engajamento de servidoras e servidores.

Reestruturação do Judiciário traz novos desafios à luta por melhores condições de trabalho

Pandemia acelerou mudanças que ameaçam precarizar serviço público e retirar direitos

Hélio Batista Barboza

A pandemia de covid-19 acelerou a reestruturação do trabalho no Judiciário, tema que pautou grande parte da mobilização da categoria e do Sindicato nos últimos três anos.

Juntamente com o avanço da digitalização e do uso de recursos tecnológicos na prestação jurisdicional, vieram a ampliação do teletrabalho e do trabalho remoto, além de mudanças na jornada dos servidores e no horário de funcionamento dos tribunais.

No início (e durante vários meses) foi preciso lutar pela garantia das condições sanitárias e pela preservação do isolamento social – estava em jogo a saúde de servidores e jurisdicionados.

A pressa das administrações em trazer os servidores de volta ao trabalho presencial exigiu do Sintrajud uma atuação firme para exigir equipamentos de proteção contra o coronavírus (como máscaras) e o respeito às normas de saúde.

Em pouco tempo, enquanto os servidores trabalhavam em casa, os tribunais executaram reformas, “readequações” e “reestruturações”. As mudanças apontavam para a diminuição não apenas do trabalho presencial como também do próprio quadro de pessoal, num ajuste forçado aos limites orçamentários impostos pelo governo e referendados pela cúpula do Judiciário.

Para os servidores, isso se traduziu em uso intensivo da tecnologia e aumento da pressão por metas de “produtividade”, além da necessidade de conciliar o trabalho com a rotina doméstica. Como tudo seguiu a lógica do “fazer mais com menos”, muitos também sofreram com a deterioração das condições de trabalho.

Retrocesso no teletrabalho

Foi nesse contexto que decisões do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e dos tribunais superiores buscaram reorganizar



Servidores protestam na inauguração da e-vara na JF Campinas

o serviço e adaptá-lo a um cenário com menos concursos e menos postos de trabalho. Os tribunais regionais seguiram a mesma lógica.

Em uma das palestras do Ciclo de Debates “Teletrabalho, metas e direitos: os impactos no serviço público”, organizado pelo Sintrajud em setembro do ano passado, as professoras Luci Praun, da Universidade Federal do Acre, e Graça Drucek, da Universidade Federal da Bahia, apontaram que as novas formas de trabalho disseminadas durante a pandemia estão a serviço de retirada de direitos e da precarização do serviço público, como projeto de uma sociedade neoliberal.

A medida que a queda nos índices de contaminação pelo coronavírus permitia o retorno ao trabalho presencial, surgiram questões relativas à organização das equipes e à jornada de trabalho.

Depois de quase três anos em que os servidores tiveram de se adaptar para o trabalho a distância, o TRF-3 baixou resolução que praticamente extinguiu o teletrabalho. Servidores que passaram a morar em outras cidades teriam de voltar às pressas, providenciando rapidamente nova moradia, escola para os filhos, etc.

Mesmo os planos de trabalho homologados teriam de ser revistos.

Outra decisão havia obrigado os oficiais de justiça a compensarem as horas em que não puderam trabalhar presencialmente durante a pandemia, quando os tribunais estiveram fechados.

Em 8 de novembro, o CNJ limitou o número de servidores em teletrabalho a 30% do quadro de cada gabinete, vara

ou unidade administrativa, e fixou o prazo de 60 dias para os tribunais implementarem a decisão. Foi revogada uma série de resoluções sobre o trabalho a distância, editadas durante o auge da pandemia, em 2020.

A medida pegou de surpresa os servidores do Judiciário em todo o país, em mais uma decisão aprovada sem consulta aos trabalhadores.

O TRT-2 ainda piorou a medida, dando-lhe uma interpretação mais restritiva. O Tribunal incluiu no limite de 30% tanto o teletrabalho integral como o parcial, modalidade em que a jornada é cumprida parcialmente fora da unidade de lotação, em regime de revezamento.

Desde a edição da norma do CNJ, o Sintrajud tem se reunido com ministros do próprio Conselho, dos tribunais superiores e com as administrações dos regionais paulistas. Em dezembro, levou as preocupações dos servidores ao ministro do TST e relator da medida no CNJ, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho.

Em fevereiro, discutiu o assunto com o presidente do TST e ministro do CNJ Lélcio Correia, aproveitando uma visita do magistrado ao TRT-2. Na ocasião, o Sindicato também mostrou o impacto negativo da interpretação adotada no tribunal de São Paulo.

Além dessa atuação e de mobilizar a categoria em protestos, abaixo-assinados e outras manifestações, o Sintrajud tem participado das ações organizadas pela Fenajufe, por outros sindicatos e por associações de juizes e advogados.

No plano jurídico, o Sindicato entrou com requerimentos e recursos contra as decisões dos regionais e ingressou no processo do CNJ sobre a nova regulamentação do teletrabalho.

A reestruturação do Judiciário prossegue, mas o Sintrajud seguirá atuando para que direitos e condições de trabalho não sejam atropelados. Marcado para o início de maio, o 9º Congresso do Sintrajud será fundamental para a definição dos rumos dessa luta.

Sintrajud luta pela correção e não absorção dos quintos

Sindicato requer aplicação da Lei 14.523/23: reajuste de 6% este ano, 6% em 2024 e 6,13% em 2025 sobre a parcela da VPNI



Niara Aureliano

Com a entrada em vigor da última recomposição salarial dos servidores do Judiciário Federal (Lei 14.523/23), veio à tona uma injustiça que atinge parte da categoria.

Servidores que exerceram função comissionada (FC) ou cargo em comissão (CJ) entre abril de 1998 e setembro de 2001 ganharam, por via judicial ou administrativa, a incorporação dos quintos, depois transformados em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI). Em 2015 o STF suprimiu a incorporação, mas em 2019 reviu a posição e reconheceu o direito para quem contava com de-

cisão judicial transitada em julgado.

Porém, os servidores que recebiam os quintos em decorrência de decisão judicial sem trânsito em julgado ou de decisão administrativa ficaram submetidos à absorção da parcela pelos reajustes salariais futuros. Com isso, podem ficar fora da atual recomposição salarial e permanecer com os salários congelados, segundo a interpretação de diversos tribunais.

O Sintrajud atua jurídica e administrativamente contra essa interpretação. O Sindicato sustenta que a lei salarial fala em recomposição (e não em reajuste), o que obriga à atualização de todas as parcelas remuneratórias.

Assim que entrou em vigor a nova ta-

bela salarial, requerimentos administrativos foram apresentados pelo Sintrajud a todos os tribunais federais de São Paulo, solicitando a aplicação do reajuste para toda a categoria. A Justiça Federal e o TRT responderam negativamente, enquanto o TRF e o TRE não haviam respondido até o fechamento desta edição.

O Sindicato teve acesso a contracheques de servidores e constatou que a parcela ficou congelada até para quem tem ação com trânsito em julgado.

Para o advogado Cesar Lignelli, coordenador do departamento jurídico do Sintrajud, a luta pela não absorção da VPNI terá de ser também política.

TRE: futuro de requisitados segue indefinido

A luta contra a ‘devolução’ abrupta, pelo TRE, dos servidores requisitados de outros órgãos públicos conseguiu até agora suspender a medida, que poderia inviabilizar o funcionamento de vários cartórios eleitorais.

“Se devolvermos todos os requisitados, será o caos na Justiça Eleitoral”, alerta Fabiano dos Santos, diretor do Sintrajud e coordenador da Fenajufe.

A ‘devolução’ foi determinada por uma Resolução do TSE, após questionamento feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Ainda em 2021, quando 1.264 requisi-

tados poderiam ser devolvidos, o diretor-geral do TRE publicava mensagem em tom de despedida.

Assembleias, formação de comissões, requerimentos, reuniões com as direções-gerais do TRE e TSE e abaixo-assinado foram iniciativas em defesa dos colegas, contra a sobrecarga de trabalho para os poucos servidores que ficariam e qualquer tentativa de terceirização, lembra a diretora do Sintrajud Raquel Morel. Essas preocupações foram levadas por uma comissão de chefes de cartório e diretores do Sintrajud ao DG do TSE, em Brasília, em dezem-

bro de 2022.

Já neste ano, o DG do TRE comunicou que a devolução estava suspensa até que o Grupo de Trabalho criado pelo TSE concluísse os estudos sobre medidas para superação do déficit de pessoal. A própria criação do GT é uma resposta à mobilização da categoria, mas o grupo ainda não ofereceu nenhuma solução.

O Sintrajud e a Fenajufe cobram solução definitiva para a defasagem e exigem respeito aos servidores de outros órgãos públicos que há muitos anos se dedicam à Justiça Eleitoral.



Kit Gaion

Norma do teletrabalho no TRT gerou indignação

Campanhas do Sindicato enfrentam assédio e detêm perseguições contra servidores

Combate ao assédio moral e sexual é política permanente do Sintrajud, que rejeita a aposentadoria compulsória como medida punitiva



Atos de protesto organizados pelo Sintrajud contra o assédio no TRE (acima), pela reintegração de Beatriz Massariol ao TRF (à direita) e por punição ao juiz Marcos Scalercio, do TRT (acima à direita).



Niara Aureliano

Assédio moral, sexual, pressão indevida de chefias e outras práticas afetam diretamente a saúde, a relação com o local de trabalho e as vidas pessoais de servidoras e servidores. Com campanhas, atos e mobilizações, o Sindicato atua para imprimir uma cultura de trabalho sem assédio, com respeito e bem-estar para toda a categoria.

A diretoria do Sintrajud também rejeita a ideia de aposentadoria compulsória como 'punição' em casos de assédio. Logo que surgiram denúncias de crimes sexuais envolvendo o juiz Marcos Scalercio, no TRT-2, o Sindicato, o movimento Me Too e o Sindicato dos Advogados atuaram fortemente cobrando o afastamento imediato do juiz.

A categoria também se mobilizou e a pressão surtiu efeito: em 13 de fevereiro, a corregedoria e desembargadores do TRT-2 votaram pela abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD)

contra Scalercio, acusado por dezenas de mulheres, entre advogadas, servidoras e estudantes de Direito.

No último período, mobilizações da categoria conseguiram reverter decisões injustas contra servidores e deter perseguições políticas antissindicalistas.

Em 2 de fevereiro de 2023, a injusta decisão de demissão da servidora e diretora do Sintrajud Beatriz Massariol foi revertida. Ela havia sido demitida pela desembargadora Marisa Santos, presidente do TRF-3, no dia 18 de julho de 2022, em meio a um quadro de adoecimento.

A decisão contrariou o parecer da comissão processante que avaliou o caso. A categoria respondeu com uma grande campanha pela reintegração imediata de Beatriz, que contou com abaixo-assinado, atos, vigílias e mobilização permanente.

Já no TRE, a diretora Raquel Morel, que representa a categoria na Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assé-

dio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Tribunal, tornou-se alvo de uma sindicância investigativa. O procedimento foi aberto meses após Raquel e alguns colegas negarem "convite" para deixar a seção onde trabalham - segundo a administração do Tribunal, eles não se mostravam "alinhados à seção".

Raquel declarou não ter interesse na realocação, mas foi solicitada a responder um questionário sobre seu perfil profissional, para futura relotação, prática que contraria o Estatuto dos Servidores e pode ser tipificada como assédio moral institucional, o que foi denunciado à época. A sindicância, extemporânea, foi considerada perseguição política à dirigente. A categoria reagiu e aprovou repúdio à perseguição e atuação antissindical do Tribunal. O Diretor-Geral do TRE acabou decidindo pelo arquivamento da sindicância investigativa.

O caminho no enfrentamento ao assédio é longo, mas, felizmente, a luta tem dado resultados.

Contra o assédio, fique alerta!

O Sintrajud mantém aberto um canal de denúncias e oferece assistência aos sindicalizados nos processos administrativos e judiciais, com excelente histórico de decisões favoráveis aos servidores. O atendimento preserva o sigilo de denunciante e oferece acolhimento às vítimas.

Canais de denúncia: www.sintrajud.org.br/denuncie ou pelo email: assediomoral@sintrajud.org.br



Mesmo a distância, o Sintrajud sempre esteve perto de você

Com reforma da sede, modernização da estrutura, realização de assembleias híbridas e *lives*, diretoria do Sindicato buscou se aproximar da categoria e oferecer conforto aos associados.



Shuellen Peixoto

A construção da luta por direitos e a busca pela aproximação do Sindicato com a categoria sempre foram marcas registradas do Sintrajud. Manter esse diálogo e mobilizar foram grandes desafios impostos para os sindicatos diante da pandemia de covid-19, que se espalhou no Brasil em março de 2020, e do isolamento social necessário para garantir a segurança sanitária.

A diretoria do Sintrajud já vinha investindo no conforto dos associados na sede do Sindicato: a reforma finalizada em 2019 deixou o ambiente mais agradável e moderno. Mesmo diante do isolamento social, o Sindicato não parou de funcionar sequer um dia, mantendo o atendimento à categoria por telefone, *WhatsApp* e outros meios eletrônicos.

Para garantir o diálogo e o debate com os servidores, a diretoria passou a realizar *lives* semanais, com a presença de especialistas em temas de interesse da categoria. Além das transmissões ao vivo, as assembleias gerais e setoriais remotas também foram recorrentes durante esse período. A pressão sobre os tribunais superiores e as administrações dos regionais paulistas não parou, buscando garantir condições de trabalho adequadas para a categoria. Os aposentados e pensionistas não ficaram desamparados: as reuniões do Núcleo de Aposentados e Pensionistas do Sin-

trajud (NAS) e as aulas de dança foram mantidas, mesmo a distância.

O Sintrajud foi uma das primeiras entidades do país a realizar uma eleição de maneira remota, buscando transparência, democracia e agilidade.

No momento em que a vacina começou a chegar nos braços dos brasileiros, a diretoria do Sindicato voltou às ruas na luta contra o governo genocida de Jair Bolsonaro, em defesa de direitos e do serviço público. Em todas as manifestações, a estrutura do Sindicato garantiu o fornecimento de máscaras do tipo PFF2 e álcool em gel, visando a segurança sanitária dos trabalhadores.

Na luta contra a PEC 32 e pelo reajuste salarial, o Sindicato organizou caravanas que levaram servidores de São Paulo a marcar presença em Brasília durante todo o ano de 2022. A pressão garantiu a retirada de pauta da PEC 32.

O Sindicato também foi para a linha de frente contra as resoluções que regulamentavam o retorno das atividades presenciais no período em que a pandemia ainda causava centenas de mortes diariamente.

Em março, a subsede de Santos passou a funcionar em novo espaço, adquirido para propiciar conforto

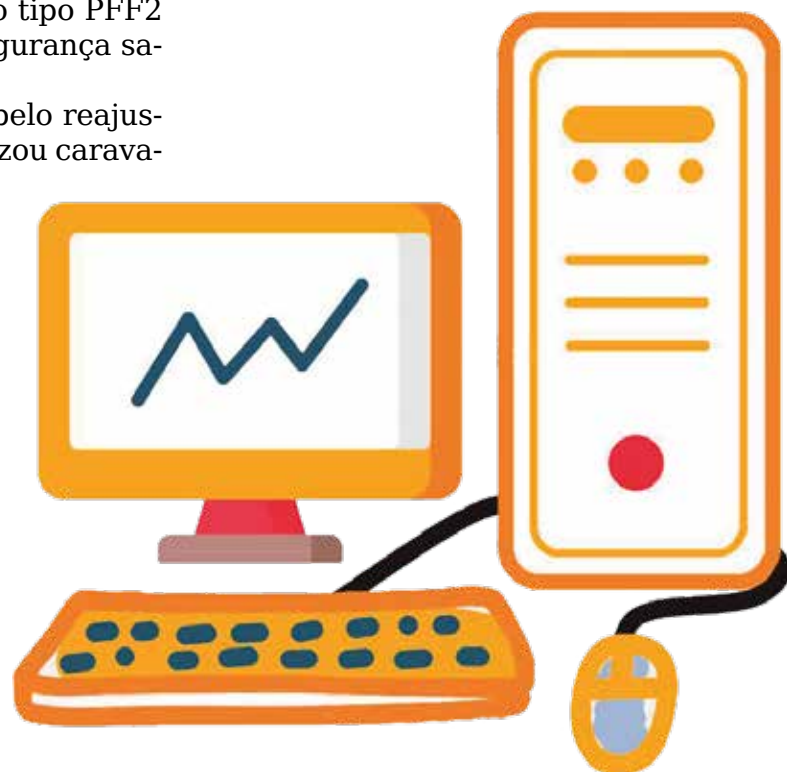
e possibilitar novas formas de realização de atividades que envolvam os colegas da Baixada Santista.

Todas essas ações só foram possíveis graças a cada servidor e servidora que é parte do Sindicato. Nossa entidade é independente dos governos e do financiamento do estado, sendo sustentada pela contribuição voluntária de cada associado.

Somente um Sindicato forte é capaz de obter vitórias, resistir aos ataques dos governos e defender os trabalhadores. Quanto

mais sócios o Sindicato tiver, mais forte ele será. Além de financiar as lutas, sócios do Sintrajud têm acesso a assessoria jurídica e a convênios que garantem descontos em uma ampla rede de instituições de formação, como faculdades, escolas, cursos de línguas.

Se você ainda não é sócio, preencha a ficha de filiação (disponível no *QR code*) e venha para o Sindicato. Juntos somos mais fortes.



Subsede ganha imóvel com instalações modernas

Novo endereço conta com recursos multimídia, além de mais conforto e segurança para receber a categoria



Marcela Mattos

Solenidade de inauguração da Subsede da Baixada Santista

Hélio Batista Barboza

Depois de funcionar durante 26 anos em casas alugadas, a subsede do Sintrajud na Baixada Santista ganhou imóvel próprio, em um moderno edifício com instalações mais adequadas e confortáveis para receber a categoria.

Em novembro de 2017, na assembleia geral de prestação de contas do Sindicato, os servidores filiados à entidade autorizaram a Diretoria Executiva a realizar os estudos para aquisição de nova sede e instalação de novas subse-des no Interior.

A oportunidade em Santos surgiu com a oferta de uma sala no Edifício Barão Office, prédio comercial localizado no bairro Encruzilhada, a uma

quadra da Avenida Ana Costa, principal avenida de Santos, que liga a orla da praia ao centro histórico, em cujas imediações ficam os fóruns da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho. Situado à Rua Barão de Paranapiacaba, 233, o prédio tem 14 andares, 168 salas e três elevadores sociais.

O local conta com várias salas de reunião, recursos multimídia, auditório e instalações modernas, que possibilitam à subsede receber a categoria e convidados com mais conforto, segurança e maiores possibilidades de interação (inclusive pela internet).

A sala da subsede está decorada com fotos históricas dos seus 26 anos de existência, retratando as várias lutas da categoria na Baixada Santista ao longo

desse período.

No evento de inauguração, em 4 de março, diretores e ex-diretores do Sindicato destacaram a trajetória que levou à conquista do novo espaço, desde a constituição da subsede, passando pela instalação da barraca de praia e pelas duas casas alugadas que antecederam o endereço atual. Eles ressaltaram ainda a participação dos servidores e servidoras da Baixada Santista nas lutas da categoria.

“Durante esse período, além dos lutadores e idealizadores, muitos foram se juntando e organizando a trajetória”, lembrou a servidora aposentada da JT Lynira Sardinha, ex-diretora do Sintrajud. “Todos deixaram suas marcas”, acrescentou.

Lives multiplicam atuação do Sintrajud

O isolamento social imposto pela pandemia obrigou o Sindicato a buscar novas formas de interagir com a categoria. Para isso, o Sintrajud investiu em tecnologia e se desdobrou na realização de eventos pela internet, com transmissão ao vivo e gravados, totalmente virtuais ou híbridos e muitos com a participação de convidados.

Além de manter a intensidade da atuação do Sindicato, esses eventos possibilitaram que mesmo os servidores e servidoras de fora da capital e até de outros estados participassem de debates e se informassem sobre os mais variados temas - das condições de trabalho à reposição salarial, passando por questões jurídicas e de saúde.

Durante o período mais crítico da pandemia, as lives do Sindicato foram fun-

damentais para levar aos servidores e servidoras as orientações sobre como se proteger do coronavírus e enfrentar normas dos tribunais que muitas vezes iam contra as recomendações dos médicos. Renomados especialistas, como o professor da USP Domingos Alves e o



Debates semanais na internet

sanitarista Gonzalo Vecina foram alguns dos convidados para essas transmissões.

O formato de assembleias setoriais e gerais por videoconferência se consolidou e também abriu mais possibilidades de participação para quem está longe do Sindicato, sem prejuízo das assembleias presenciais, que agora voltam a ser possíveis.

A eleição da diretoria do Sintrajud em 2020 - integralmente realizada pela internet - foi o ponto alto da utilização da tecnologia a serviço da organização sindical.

O Sindicato realizou também no formato híbrido, em parceria com várias entidades sindicais, um ciclo de debates sobre teletrabalho, com cinco aulas e a participação de Ricardo Antunes e outros pesquisadores.

Pé na Estrada: Sintrajud se manteve presente em todo o estado



Jales



Ribeirão Preto



Marília

As visitas nos fóruns, cartórios e seções seguem a todo vapor. As atividades nos locais de trabalho são oportunidades para a categoria se aproximar do Sindicato, falar sobre os problemas relativos às condições de trabalho e apontar as principais demandas gerais e específicas a serem pautadas junto às administrações.



Campinas



Ourinhos

Pé na Estrada 2022		
Araraquara	São Carlos	
Barretos	São José do Rio Preto	
Bauru	São José dos Campos	
Campos do Jordão	São Vicente	
Caraguatatuba	Taubaté	
Catanduva	Teodoro Sampaio	
Cubatão		
Cunha	Pé na Estrada 2023	
Franca	Araçatuba	
Guaratinguetá	Santo André	
Guarujá	Campinas	
Pirapozinho	Andradina	
Praia Grande	Assis	
Presidente Bernardes	Avaré	
Regente Feijó	Ourinhos	
Ribeirão Preto	Jales	
Santos	Lins	
	Marília	



Caravanas levam mobilização a Brasília



Valcir Araújo

O ano de 2022 foi marcado pelo combate aos retrocessos promovidos por Bolsonaro e seus asseclas contra os servidores e os serviços públicos. Para garantir a pressão pela reposição emergencial dos

salários da categoria, o Sintrajud promoveu e participou de caravanas de servidores a Brasília, além das assembleias e atos em São Paulo.

Entre os meses de fevereiro a dezem-

bro, foram diversas caravanas, de ônibus ou avião. O objetivo foi garantir a participação dos colegas nas manifestações nacionais e na pressão aos parlamentares em busca da reposição salarial, defesa de direitos, contra a PEC 32 e para derrubar o veto de Bolsonaro ao nível superior (NS) no PL 3662/21 (Veto nº 51/2022).

Seja sócio do Sintrajud



Aponte sua câmera para o QR Code ou acesse o link:

www.sintrajud.org.br/sindicizacao

Manter viva a história das lutas da categoria

Projeto Memória Sintrajud quer resgatar a trajetória da organização sindical e mostrar como as mobilizações do passado dialogam com os desafios da atualidade

Gero Rodrigues



Lançamento do Projeto Memória, em 3 de dezembro de 2022

Hélcio Duarte Filho

Certa vez, o escritor português José Saramago escreveu: “Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir”.

Foi pensando em preservar a história das lutas da categoria e fazer desse resgate referência para refletir sobre os desafios e responsabilidades atuais que o Sindicato lançou o projeto “Memória Sintrajud”.

A iniciativa busca manter viva a história das lutas e da organização sindical da categoria. Para assegurar a memória oral dessa construção, estão sendo gravados depoimentos com servidores e servidoras. Fotografias, jornais, panfletos e cartazes também serão catalogados, digitalizados e preservados.

“É um anseio de muitos e muitas dirigentes e ativistas que entendiam a necessidade do registro de nossa história e que foi abraçado por esta gestão”, disse a servidora aposentada do TRE

Claudia Sperb, diretora do Sintrajud que participou da fundação da entidade, no evento de lançamento do projeto, em dezembro.

Integrante da comissão de diretores, militantes e funcionários do Sindicato que toca o projeto, ela explica que a iniciativa nasce com a pretensão de se tornar perene. E de introduzir uma dinâmica de preservação permanente da história sindical. “Resgatar a memória é também fazer as pessoas pensarem formas possíveis e que ainda podem estar pulsando”, disse Claudia, em trecho de depoimento que deu ao projeto.

Memória oral

Já foram feitas mais de 20 horas de entrevistas com quase duas dezenas de servidores e servidoras. Os depoimentos vão ser disponibilizados no site do Sintrajud. Das gravações foram extraídos trechos para serem veiculados nas redes sociais e dar visibilidade às histórias e ao projeto, que está apenas começando.

“O resgate da memória é importantís-

simo, principalmente quando a gente entende que precisa deixar para as novas gerações um pouco do que foi essa construção, que não se deu da noite para o dia. Precisamos enfrentar inimigos poderosos”, disse Neemias Freire, servidor da Justiça do Trabalho em São Paulo que também participou da fundação do Sindicato, em outro depoimento, lembrando conquistas básicas como o próprio direito de reivindicar frente a administrações autoritárias.

“Vibrei muito com esse projeto. Fico quase sem palavras, porque gosto muito”, disse Lutemberg Souza, servidor do TRE-SP que participou da primeira diretoria do sindicato unificado. “A preservação da nossa história, com a correção dos erros que cometemos no passado e o aperfeiçoamento do lugar onde a gente quer chegar com a nossa entidade, com nosso movimento, é absolutamente fundamental. São muitas histórias; que a gente possa registrar pelo menos uma parte delas”, declarou o servidor, que, no tribunal, trabalhou na fundação do Centro de Memória Eleitoral.



CONVÊNIO SINTRAJUD/CLARO OFERECE PLANOS COM MAIS INTERNET E MENOR PREÇO

20 GB de internet e ligações ilimitadas R\$ 39,90	30 GB de internet e ligações ilimitadas R\$ 44,90	apenas ligações ilimitadas R\$ 14,90
--	--	---